



INFRABRASIL

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

(“INFRABRASIL” OU “FUNDO”)

15º RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL (ECR)

fevereiro de 2014

ÍNDICE

- I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO
- II. SITUAÇÃO DO PROJETO
- III. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS
- IV. PLANOS DE AÇÃO CORRETIVA
- V. INCIDENTES SIGNIFICATIVOS
- VI. COMPROMISSOS NEGATIVOS
- VII. CONCLUSÕES DO PERÍODO

Lista de Anexos

Não há

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO

O presente Relatório tem por objetivo atender a cláusula 6.13 (f) do contrato de empréstimo entre o BID e o InfraBrasil datado de 5 de julho de 2006. Este relatório cobre as atividades do InfraBrasil do ponto de vista de observância socioambiental no período compreendido entre 1º de janeiro até 30 de junho de 2013.

II. SITUAÇÃO DO PROJETO

Em Julho de 2013, o Fundo recebeu o valor de R\$39.673.511,65 a título de serviço de dívida relativo a debêntures da investida Candeias e R\$10.569.934,77 a título de serviço de dívida relativo a debêntures da investida BRVias. Em Setembro do mesmo ano a companhia recebeu o valor de R\$ 8.469.468,22 a título de serviço de dívida relativo a debêntures da investida Foz de Jeceaba S.A e o valor de R\$ 6.589.848,88 a título de resgate parcial de debentures da investida CBPB. Em Outubro do mesmo ano a companhia recebeu o valor de R\$ 24.696.527,78 a título de serviço de dívida relativo a debêntures da investida Foz de Rio das Ostras S.A. Em Novembro do mesmo ano a companhia recebeu o valor de R\$ 58.099.906,76 a título de serviço de dívida relativo a debêntures da investida Candeias. Em Dezembro do mesmo ano a companhia recebeu o valor de R\$ 1.839.046,49 a título de serviço de dívida relativo a debêntures da investida Companhia Energética Rio da Prata, R\$ 8.209.152,68 a título de serviço de dívida relativo a debêntures da investida BRVias e o valor de R\$ 8.764.689,61 a título de resgate parcial de debentures da investida CBPB.

Ainda em novembro de 2013 o Fundo repagou R\$143.000.000,00 aos quotistas detentores de quotas sênior e realizou o pagamento de juros e principal referente ao empréstimo BID, no valor de R\$ 8.554.325,63.

II.1 SITUAÇÃO INDIVIDUAL DO PROJETO DE INVESTIMENTO APROVADO NO PERÍODO

Não houve investimentos aprovados no período.

II.2 SITUAÇÃO INDIVIDUAL DOS PROJETOS DE INVESTIMENTOS APROVADOS NOS PERÍODOS ANTERIORES

PROJETO BR VIAS – TRANSBRASILIANA E VIA RONDON

Projeto de concessão da Transbrasiliana e Via Rondon com obras de melhorias, passarelas, ampliação e implementação de sistema de gestão.

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de julho até 31 de dezembro de 2013.

Exigências de EHS

- Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: atividade em andamento.

- Apresentar o status de recuperação de áreas degradadas e passivos levantados;
Status: atividade em andamento.
- Comunicar qualquer solicitação/alteração de exigências adicionais por parte do órgão ambiental (CETESB e IBAMA);
Status: atendido.
- Comunicar qualquer solicitação de novas licenças e/ou ampliação;
Status: atendido.
- Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;
Status: atendido.
- Apresentar evidências que comprovem a implantação de sistema de gestão social e ambiental, integrado da Via Rondon;
Status: concluída
- Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto;
Status: atividade em andamento.
- Encaminhar evidências de Regularização do licenciamento dos trechos de concessão para a Via Rondon, processo ainda não finalizado na CETESB;
Status: atividade em andamento.
- Regularização das outorgas para captação de água tanto para Transbrasiliana e Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar evidências tanto para a Transbrasiliana como para a Via Rondon da implementação do Plano de Recuperação dos Passivos Ambientais, recuperação de 20% do passivo por ano;
Status: atividade em andamento.
- Encaminhar evidência da Adoção de rotina de lavagem das ambulâncias em local apropriado na Via Rondon;
Status: atendido.
- Elaboração imediata de um plano de gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde (PGRSS) para a Via Rondon;
Status: atendido.
- Implementar um plano de gerenciamento de resíduos para a Via Rondon;

Status: atendido.

- Implementar um plano de gerenciamento de efluentes para a Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar evidências do mapeamento das áreas de preservação ao longo da rodovia e elaboração de plano de gestão das mesmas, para a Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar evidência da implementação da rotina de fiscalização de requisitos contratuais de meio ambiente para a Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar evidências da implementação da rotina de fiscalização de contrato tanto para a Transbrasiliana e Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar evidência do Acordo Coletivo firmado com a entidade sindical, tanto para a Transbrasiliana e Via Rondon;
Status: atendido.
- Apresentar um plano de ação para regularização das demais NR's, tanto para a Transbrasiliana e Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar cópia do RAD da Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar evidência da implementação de um sistema de avaliação socioambiental para a Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar o levantamento dos aspectos ambientais e perigos ocupacionais e implantar medidas de controle para a Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros tanto para a Transbrasiliana e Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar o Programa de Comunicação Social da Via Rondon;
Status: atendido.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- Fase de Construção/ ampliação – Apresentar cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais, até o início da operação do empreendimento, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro; **Status:** atividade em andamento.
- Fase de Operação – Apresentar Cópia de Relatório Trimestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e
- **Status:** atividade em andamento. Relatórios recebidos.
- Apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.
Status: atividade não iniciada

PROJETO SYKUÉ GERAÇÃO DE ENERGIA

A Usina Termoelétrica Sykué terá uma capacidade de geração de energia elétrica em 2 (duas) unidades de geração de 30MW cada, em regime contínuo. Serão usadas 02 (duas) caldeiras que acionarão as duas turbinas, alimentadas por biomassa acionando os geradores elétricos para cada UTE separadamente, operando em paralelo.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de julho até 31 de dezembro de 2013.

Exigências de EHS

Pré-desembolso

A empresa deverá apresentar definição de diretrizes do Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança Ocupacional, plano de trabalho para desenvolvimento e implantação do sistema (contendo recursos financeiros e humanos) e um cronograma detalhado de desenvolvimento e implantação do Sistema;

Status: atendida

Pré-desembolso (segundo desembolso)

Envio do Parecer Técnico do órgão ambiental do Estado da Bahia, o IMA, que subsidiou a emissão da Licença de Implantação (Portaria 10.093 de 24/10/2008), vinculada ao Processo 2007-05978?TEC/LI-0035

Status: atendida.

Pós Desembolso

- Relatório Anual de Conformidade de EHS, contendo o estágio de cumprimento das exigências de EHS estabelecidas no contrato a ser assinado com o InfraBrasil; **Status:** atividade em andamento.
- Apresentar Relatório Anual com o status de implantação do Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança Ocupacional, conforme o cronograma e a definição de diretrizes apresentados, e também com o acompanhamento da evolução dos planos e programas estabelecidos pela empresa; **Status:** atividade em andamento.

- 1) Programa de Preservação e Monitoramento de Fauna;
- 2) Programa de Uso da Água, Controle de Efluentes e Monitoramento de Águas;
- 3) Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar e Emissões Gasosas;
- 4) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Produtos Perigosos;
- 5) Programa de Monitoramento de Ruído e Conservação Auditiva;
- 6) Programa de Educação Sanitária e Ambiental para Stakeholders;
- 7) Programa de Capacitação Local;
- 8) Plano de Incêndios;
- 9) Gerenciamento de Crise;
- 10) Programa de Monitoramento e Controle de Processo Erosivo e de Contaminação do Solo;

- Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais do Plantio; **Status:** atividade em andamento.
- Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais das UTEs; **Status:** atividade em andamento.
- Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças Ambientais para cada projeto e respectivos programas de monitoramento ambiental; **Status:** não houve solicitação.
- Comunicar qualquer solicitação de novas licenças e/ou ampliação de potência para cada projeto; **Status:** não houve solicitação.
- Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais; **Status:** atendido.
- Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto. **Status:** atendido

Relatórios de Monitoramento de EHS

- ♦ Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Semestrais de Andamento dos Programas Ambientais, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental,

estágio de implementação dos planos e programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro. Os relatórios devem ser uma apresentação do status de andamento das atividades e deverão ser entregues em fevereiro (contendo informações de julho a dezembro) e em julho (contendo informações de janeiro a junho), os relatórios completos deverão ser entregues em bases anuais ; **Status:**concluída para a primeira usina.

- ♦ Fase de Operação – Cópia de Relatórios Semestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição e monitoramento das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação. Os relatórios devem ser uma apresentação do status de andamento das atividades e deverão ser entregues em fevereiro (contendo informações de julho a dezembro) e em julho (contendo informações de janeiro a junho), os relatórios completos deverão ser entregues em bases anuais; **Status:** Atividade em andamento..
- ♦ Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento. **Status:** Os relatórios entregues ao órgão ambiental são entregues em bases anuais.Receberemos o relatório sempre no segundo semestre, relativo as operações do ano anterior.

PROJETO LUMINA JECEABA ENGENHARIA AMBIENTAL

Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil (VSB) contratou a Lumina Jeceaba como prestadora de serviços de utilidades nas áreas de águas e efluente, energia elétrica e de processamento e gestão de resíduos e co-produtos da Usina VSB, instalada em Jeceaba – MG.

A Lumina Jeceaba tem como responsabilidade efetuar o gerenciamento global dos sistemas de água e efluentes, energia elétrica, resíduos e co-produtos, buscando junto com a VSB a redução do consumo e geração de água e efluentes, energia elétrica, resíduos e co-produtos.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de julho até 31 de dezembro de 2013.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso

- Submeter a SUPRAM revisão do estudo de autodepuração com os novos parâmetros de projeto adotados, antes da licença de operação. Apresentar evidências desta comunicação;
- Apresentar o status atual do atendimento das condicionantes da Licença Prévia e de Instalação;

- Desenvolvimento do sistema de Gestão da SPE Lumina Jeceaba, que deverá estar alinhado ao sistema da VSB;
- Apresentar evidências relativas à destinação final dos resíduos da fase de construção sob sua responsabilidade;
- Definir cronograma para elaboração do sistema e plano de gestão de Resíduos da Operação e sua destinação final;
- Definir cronograma de elaboração do Plano de Gestão de Riscos – PGR e Plano de Atendimento a Emergências-PAE, que deverá ser integrado ao PGR e PAE da VSB;
- Apresentar documentação explicando o processo de reassentamento, indenização e/ou compra negociados com proprietários e superficiários do local onde a VSB se instalou;

Status: Todas atendidas.

Pós Desembolso

- Definir claramente o papel da VSB e da SPE Lumina Jeceaba na condução e acompanhamento dos resultados de monitoramento na Prevenção de Passivos Ambientais, bem como para a definição de medidas de gestão quando os resultados indicarem contaminações (em especial àquelas que podem ser associadas às futuras atividades da SPE - resíduos, efluentes, subestação de energia). Apresentar evidências que os papéis e responsabilidades relativos a encaminhamento dos resultados de monitoramento e ações conseqüentes;

Status: atividade em andamento. A Foz Jeceaba encaminhou os protocolos de acompanhamento dos resultados de monitoramento na prevenção de passivos ambientais. A Foz de Jeceaba foi certificada nas normas ISO9001, ISO14001 e na OHSAS 18001 em 2012. Passaram pela 2ª auditoria de manutenção no mês de agosto de 2013 e a próxima prevista é para o mês de março de 2014.

- Apresentar o estágio de cumprimento de todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais aplicáveis à fase, relativas ao escopo do contrato da SPE;
Status: atendido, enviaram protocolos da documentação encaminhada a SUPRAM.As licenças ambientais são da VSB e CODEMIG.
- Comunicar qualquer solicitação/alteração de exigências adicionais por parte do órgão ambiental (SUPRAM), relativo ao escopo do contrato da SPE;
Status: atendido, não houve solicitação/alteração.
- Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais, relativo ao escopo do contrato da SPE;
Status: atendido.
- Apresentar PGRs e PAE da VSB e SPE, apontando como foram integrados;

Status: atividade concluída. A SPE Foz de Jeceaba já elaborou o seu procedimento de resposta e atendimento a emergência, denominado PPCE – Plano de Prevenção e Controle de Emergência, documento PR.232 SGI, revisado em 16/02/2013. O procedimento prevê um Programa de Simulados para Emergências, estes são planejados e realizados juntamente com os bombeiros industriais VSB.

- Apresentar evidências que comprovem a implantação de sistema de gestão social e ambiental, integrado ao sistema de gestão da VSB. Definir claramente o papel e responsabilidades da SPE e da VSB e as responsabilidades partilhadas;

Status: atividade em andamento. A Foz Jeceaba publicou em 21/04/2012 o Programa de Educação Ambiental, documentos PR.234. MEA que contem o planejamento de execução da programação de educação ambiental e as responsabilidades partilhadas, com eventos que atendem o público interno e o público externo, em consonância com o escopo do serviço da Foz Jeceaba , com a filosofia do programa Tributo ao Futuro da Fundação Odebrecht e a sua Política de Sustentabilidade. A VSB sempre é comunicada formalmente sobre as ações socioambientais realizadas pela SPE para a devida aprovação e participação. Durante os meses de setembro e outubro, conforme estabelecidos na programação de educação ambiental foram realizadas atividades do Dia do Esporte e lazer e dia das crianças

- Apresentar parecer da SUPRAM relativa ao estudo de autodepuração;

Status: atividade em andamento. Aguardando manifestação da SUPRAM.

- Apresentar evidências da revisão do plano de monitoramento de efluentes para garantir que as situações simuladas sejam verificadas de acordo com os requisitos legais e do IFC;
Status: atividade em andamento. Para cumprir o Plano de Controle Ambiental (PCA) referente ao Programa de Monitoramento de Efluentes Líquidos da VSB, foi protocolada a carta pela VSB a SUPRAM Central N° R124303/2011 em 01/08/2011. O efluente sanitário e industrial gerado na Usina VSB é tratado na Estação de Tratamento nº 1 – ETE 01.

- Apresentar durante o monitoramento do empréstimo resultados do monitoramento de efluentes;

Status: atividade em andamento, dados apresentados.

- Apresentar evidências da inserção do monitoramento de vazões e uso da água no rio Camapuã no sistema de gestão ambiental da SPE Lumina Jeceaba.

Status: atividade em andamento, dados apresentados

- Apresentar evidências relativas à implantação do plano e sistema de gestão de resíduos, incluindo se possível às instalações de tratamento e disposição final selecionadas pela VSB;

Status: atividade em andamento. Inventário encaminhado

- Apresentar evidências de como a SPE será envolvida no processo de divulgação e consulta do empreendimento nos assuntos que tenham interface com suas atividades;

Status: atividade em andamento. A VSB criou um Fluxo de Comunicação para que a Foz Jeceaba seja informada dos assuntos que tenham interface direta com suas atividades. Estas informações são repassadas pelo Gestor do Contato da Foz. Para medir o nível de satisfação do cliente nas questões relativas ao atendimento, foi criado um formulário “Pesquisa de Satisfação do Cliente”, documento FR.152.O&M, que é encaminhado trimestralmente ao cliente. Recebemos a pesquisa e no segundo trimestre apenas o item resíduos ficou abaixo da meta pretendida de satisfação.

- Apresentar evidências de que o mecanismo para recebimento de queixas e reclamações da VSB integra as questões sob responsabilidade da SPE Lumina Jeceaba;
Status: atividade em andamento. Toda a comunicação entre comunidade e ou imprensa será feita pela VSB, de acordo com a cláusula 46.11 do contrato de DBOT. O mecanismo para recebimento de queixas e reclamações de Comunidades vizinhas com relação à VSB está descrito no item acima.
- Apresentar evidências da implantação dos programas ambientais relativos aos impactos no meio biótico (responsabilidade da CODEMIG);
Status: Atendida.
- Apresentar evidências do fechamento destas condicionantes 10, 11 e 12 da LP do Distrito Industrial, relativas ao Patrimônio Histórico;
Status: concluída.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- Fase de Construção – Apresentar cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais Lumina Jeceaba, até o início da operação do empreendimento, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental relativo ao escopo do contrato da SPE, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;
Status: atividade em andamento
- Fase de Operação – Apresentar evidências do fechamento destas condicionantes, relativa ao escopo do contrato da SPE. Apresentar Cópia de Relatório Trimestrais elaborados pela VSB a serem encaminhados para a SUPRAM, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação, e relatórios trimestrais a serem elaborados pela SPE contendo dados de monitoramento dos seus sistemas de gestão;
Status: Licença de Operação emitida em 2/04/2012
- Após o primeiro ano de operação, a SPE deverá apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.
Status: Atividade não iniciada

PROJETO USINAS TERMELÉTRICAS (UTES) GLOBAL I E II (297,6 MW)

O projeto compreende 2 usinas termelétricas de 148,8 MW em cada planta, totalizando 297,6 MW, a serem instaladas no via Canal de Tráfego, CIA Norte, município de Candeias, BA.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de julho até 31 de dezembro 2013.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso

- Apresentar cópia completa (incluindo condicionantes) das Licenças de Implantação;

Status: Atendida

- Apresentar documentos comprobatórios relativos aos termos e condições de execução da Compensação Ambiental requisito da Licença de Localização;

Status: De acordo com a portaria 771 de agosto de 2011, a condicionante XIII de Compensação ambiental foi cancelada.

- Apresentar documentos que comprovem que as negociações conduzidas pela SUDIC (Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia), para a desocupação da área e o pacote de compensação:

- Sejam baseados em informações atualizadas sobre os ocupantes e suas características socioeconômicas, e considerem os direitos legais quanto a propriedade e legislação adicional aplicável,
- Tenham incluído consulta as pessoas a serem desajoladas, iniciadas na fase de projeto. Deve ser prevista a continuidade da participação dos afetados até a conclusão do processo,
- Sejam mutuamente acordados antes das intervenções e formalizados em contratos,
- Incluam a compensação pela perda de bens e auxílio para ajudá-las a melhorar ou, pelo menos, restaurar seus padrões de vida ou meios de subsistência. Incluam compensação por perdas ou custos transitórios (por exemplo culturas existentes, custos para mudança, perda temporária de renda e outros),ⁱ
- Considerem os impactos ambientais e sociais que eventualmente ocorram em áreas definidas para realocação e incluam medidas de gestão para os mesmos.

Status: Atendida.

- Apresentar cronograma para licenciamento ambiental da linha de transmissão e documentos que comprovem o andamento do processo;

Status: Atendida. Licença Simplificada emitida em 25/08/2009. De acordo com o Decreto 14032 de 15 de junho de 2012, Art. 150-A, as linhas de transmissão não precisam de licença de operação - *Os projetos de implantação de rodovias, assentamento de reforma agrária, linhas de*

transmissão ou de distribuição de energia elétrica, todos os empreendimentos urbanísticos, turísticos e de lazer relacionados na Divisão G do Anexo IV deste Regulamento e outras atividades que venham a ser definidas pelo CEPRAM não estão sujeitos à Licença de Operação - LO, devendo ser informado ao órgão ambiental o início de suas operações.

- Apresentar documento que comprove consulta junto ao INEMA (ex. CRA) solicitando eventuais dados de outras empresas, relativos a monitoramento da qualidade do ar da região que possam ser utilizados como dados de *background*, visando comparar a contribuição específica da UTE simulada através do modelo de dispersão de poluentes à qualidade do ar local. Caso os dados não estejam disponíveis, conduzir medições de dados de qualidade do ar, em especial o NO_x e SO_x, utilizando os dados obtidos para comparação;

Status: Atendida

- Apresentar o plano atualizado para monitoramento das qualidade do ar e das emissões atmosféricas que inclua a frequência e parâmetros de dados de qualidade do ar e emissões a serem amostradas na fonte;

Status: Atendida

- Apresentar cálculo de linha de base das emissões de CO₂ e outros gases de efeito estufa que deverão ser gerados com o funcionamento da planta, e monitorar sua evolução, de acordo com metodologia de inventário (WRI - GHG Protocol). Avaliar medidas de eficiência energética que possam contribuir para a redução das emissões de GEE (Gases do Efeito Estufa) do empreendimento e considerá-las na avaliação de alternativas técnicas do empreendimento (incluindo transporte de combustível, sistema de resfriamento, outras);

Status: Atividade concluída. As emissões são provenientes da queima de combustíveis fósseis e foram calculadas em 16,2 Gg CO₂ (16.200 toneladas CO₂ / ano). Foram consideradas as emissões de fontes fixas, fontes móveis e emissões fugitivas de CH₄.

Proposta de conteúdo e evolução do Inventário

Abrangência	2011	2012	2013
Abordagem	Controle da operação conforme GHG Protocol		
Metodologia	IPCC		
Conteúdo	Escopo 1 - parcial: Emissões diretas de fontes fixas.	Escopo 1: Emissões diretas de fontes fixas, fontes moveis, emissões fugitivas de CH ₄ .	Escopo 1: Emissões diretas de fontes fixas, fontes moveis, outras fontes (GLP, auxiliares), emissões fugitivas de CH ₄ , emissões fugitivas de SF ₆ .
			Escopo 2: emissões pela quantidade adquirida da rede, perdas.
Gases	CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O	CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O	CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, SF ₆

Fonte: Estudo realizado pela ECOLOGICA consultoria

- Apresentar complementações ao Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, indicando as estimativas das quantidades de resíduos na fase de instalação e operação, bem como o levantamento dos locais disponíveis para a destinação final, o cronograma e responsabilidades para implementação do plano;

Status: Atendida

- Apresentar documentos relativos a medições de ruído de fundo e estimativas de emissões nos receptores mais próximos, verificando se os requisitos legais aplicáveis e boas práticas poderão ser atendidos. Considerar os resultados das projeções acima na tomada de decisão sobre *lay-out* dos equipamentos e definição dos sistemas de proteção de ruídos. Incluir informações sobre ruído e medidas tomadas no Plano de Comunicação Social (se relevante);

Status: Atendida

- Apresentar estudos/laudos (laudo de solo limpo) para caracterizar se o terreno proposto está livre de contaminação/passivo ambiental para obter dados de *background*;

Status: Atendida

- Apresentar parecer de especialista em Patrimônio Cultural/arqueológico relativo a baixa probabilidade de ocorrência de remanescentes na área, bem como procedimentos para descoberta aleatória caso a probabilidade demonstre ser maior. O procedimento deverá ser aplicado desde a fase de implantação, considerando a área do projeto e área de intervenção para instalação da LT; e

Status: Após contato com diversos profissionais da área arqueológica constatou-se a impossibilidade de obter o referido laudo sem a autorização do IPHAN, a qual demanda cerca de 120 dias para ser obtida. Adicionalmente, foi feita consulta à legislação que rege o licenciamento junto ao IPHAN (Portaria 230/2002), tendo sido verificado que tal obrigatoriedade somente é aplicável a empreendimentos sujeitos a EIA/RIMA, o que foi confirmado através de consulta feita junto ao Instituto em Brasília/DF. Isto posto e considerando que o empreendimento foi licenciado mediante elaboração de RAS - Relatório Ambiental Simplificado.

- Apresentar medidas de gestão propostas para segurança e saúde, considerando trabalhadores de empreiteiras e seus subcontratados e inclusive a comunidade, na fase de construção.

Status: A obrigatoriedade de cumprimento dos requisitos de Segurança e Saúde Ocupacional por parte de empreiteiros e subcontratados está estabelecida em cláusula contratual específica. Todas as empresas contratadas apresentaram seu PPRA e seu PCMSO.

Pós Desembolso

- Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais aplicáveis à essa fase;

Status: Atendida.

- Comunicar qualquer solicitação/alteração de exigências adicionais por parte do órgão ambiental (IMA);

Status: Atendida.

- Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

- Apresentar documentos que comprovem o desenvolvimento de um sistema de gestão para integrar os impactos socioambientais e respectivas medidas de gestão do empreendimento em programas de gestão, incluindo a Linha de Transmissão. O sistema de gestão deve incluir todas as instalações e atividades (planta, transporte, LT) e compreender políticas (ambiental, recursos humanos, impactos sociais, etc.), principais impactos e riscos, programas de gestão, estrutura de responsabilidades e treinamento, engajamento das partes interessadas, monitoramento e relatórios (acompanhamento da alta administração e externos);

Status: Atendida.

- Apresentar documentos que indiquem o andamento da implementação do Plano de Comunicação Social, incluindo a divulgação e implementação do mecanismo para queixas e reclamações (SAC no Plano de Comunicação revisado) e consulta a superficiários potencialmente afetados pela faixa de servidão da linha de transmissão, antes do início das obras;

Status: Atendida.

- Apresentar documentos que comprovem implementação do plano para controle de emissões na fonte considerando os sistemas de controle ou operacionais propostos (ver exigência pré desembolso);

Status: Atendida

- Definir os sistemas de controle ou operacionais que garantam o controle das emissões de NO₂ e SO₂ (legislação aplicável prevê que o padrão horário pode ser ultrapassado uma vez por ano), onde aplicável;

Status: Atendida.

- Apresentar documentos que comprovem cláusulas nos contratos com empreiteiras das cláusulas relativas ao gerenciamento de resíduos na fase de construção, de acordo com o PGRS;

Status: Atendida

- Revisar avaliações de impactos se novas alternativas para o transporte de combustíveis ou sistemas de resfriamento forem incorporadas ao projeto;

Status: Atendida

- Apresentar definição de logística de transporte de combustíveis e preparar plano de resposta a emergências e outras medidas de gestão de risco de forma compatível. O plano deve incluir medidas para atender riscos não que podem eventualmente afetar a comunidade, tais como abalroamento/atropelamento, contaminação dos corpos d'água. Apresentar documentos que indiquem a integração do(s) plano(s) de resposta (s) a emergência(s), a outros planos/ ações já existentes na região que possam ter interface (PAM – Planos de Auxílio Mútuo, outras). Desenvolver estratégia de comunicação de riscos para a comunidade de forma articulada a outras iniciativas de engajamento da comunidade para a preparação de emergências existentes; e

Status: Atendida.

- Apresentar cronograma para implementação do projeto de recuperação de áreas degradadas, bem como as formas de acompanhamento da implementação do programa de recuperação até a averbação da área como reserva legal (considerando a participação da SUDIC e INEMA).

Status: Atendida.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- ♦ Fase de Construção – Apresentar cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais das UTEs Global I e II, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Fase de Operação – Apresentar Cópia de Relatório Trimestrais a serem encaminhados para o INEMA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e

Status: Atendida. O INEMA exige relatórios semestrais e anuais da empresa. Nos foi encaminhado o atendimento das condicionantes apresentado ao órgão ambiental.

- ♦ Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atendida.

PROJETO REDE COLETORA, SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS E DISPOSIÇÃO SUBMARINA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS

O projeto de saneamento da região urbana do Município de Rio das Ostras consiste da construção de rede coletora, estações elevatórias, estação de tratamento, emissário terrestre, emissário submarino e tubulação difusora. O sistema de esgotamento sanitário está sendo implantado em duas etapas, sendo o período inicial de 2002 a 2012, e o período final de 2012 a 2022, prevendo o atendimento de uma população total de 205.983 mil habitantes.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de julho até 31 de dezembro 2013.

Pré Desembolso

Manifestação da Companhia de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro - CEDAE sobre a necessidade de concessão de outorga para uso da água para fins de saneamento ambiental;

Status: Atendida.

Apresentar Relatório contendo status do cumprimento das Condicionantes da Licença de Instalação com correspondentes custos, responsabilidade e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Pós Desembolso

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças de Instalação e Operação;

Status: Atendida.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

Manter a FEEMA permanentemente atualizada com informações sobre a evolução dos programas ambientais;

Status: Atendida.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação do Plano de Compensação e Gestão Ambiental e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Fase de Operação – Cópia de Relatórios Trimestrais a serem encaminhados para a FEEMA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas na Licença de Operação;

Status: Atendida.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atendida.

PROJETO USINAS TERMELÉTRICAS A BAGAÇO DE CANA-DE-AÇÚCAR - UTEs SUD MENNUCCI (64 MW) E ILHA SOLTEIRA (50 MW)

Os projetos de responsabilidade da Usina Pioneiros consiste da expansão do grupo em dois projetos: (i) aumento da capacidade de geração de energia da unidade Sud Mennucci e, (ii) aumento da capacidade de geração de energia da unidade Ilha Solteira.

O investimento proposto pelo InfraBrasil está majoritariamente relacionado à geração e comercialização de energia das unidades industriais da Pioneiros. Em função das peculiaridades do setor sucroalcooleiro, vários aspectos considerados na aprovação do projeto estão relacionados à atividade agroindustrial das Usinas.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de julho até 31 de dezembro de 2013.

Pré Desembolso

Apresentar manifestação favorável do órgão ambiental sobre a transferência de razão social (Bioeletricidade S.A.), responsabilidades e passivos socioambientais das UTEs de Sud Mennucci e Ilha Solteira a serem segregados dos processos de licenciamento ambiental hoje em nome da Destilaria Pioneiros S.A. e Pioneiros Bioenergia S.A.;

Status: Atendida.

Apresentar status do Projeto de Restauração Florestal das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e das áreas de Reserva Legal (RL) das áreas próprias e arrendadas para o plantio de cana-de-açúcar previstos na licença Prévia da Pioneiros Bioenergia S.A.

Status: Atividade em andamento. a APP da área de Sud Mennucci, está sendo restaurada.

Em relação à APP da área de Ilha Solteira, já foi concluído o plantio total da área conforme relatório técnico de reflorestamento protocolado na Companhia Ambiental do Estado de São paulo- CETESB.

Para averbar a reserva legal das áreas próprias (área industrial e UTEs), foi comprado uma mata virgem e firmado na CETESB- Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, um Termo de Compromisso de Instituição de Recomposição ou de Compensação da Reserva Legal – TCIRC, após vencimento do TCIRC entraram na CETESB com pedido de averbação da reserva legal, o processo de averbação já foi concluído.

Para as áreas de Terceiros, a Pioneiros faz contratos de Parceria Agrícola com proprietários de terras, não contemplando as áreas de APP (Área de Preservação Permanente), ou seja, contratando apenas a área útil para o cultivo de cana-de-açúcar. Também são excluídos dessas áreas de contratos os fragmentos de matas e maciços vegetais presentes na propriedade.

No entanto, muitas áreas de APP, fragmentos e maciços vegetais ficam circundadas por áreas cultivadas com cana-de-açúcar. A Pioneiros tem o compromisso de não cultivá-las, além de

ajudar a protegê-las evitando seu uso indevido, risco de incêndio, ou qualquer intervenção que possa causar danos ao Meio Ambiente.

Pós Desembolso

Relatório Anual de Conformidade de EHS, contendo o estágio de cumprimento das exigências de EHS estabelecidas no contrato a ser assinado com o InfraBrasil;

Status: Atendida.

Apresentar Relatório Anual de acompanhamento da evolução das atividades associadas aos empreendimentos, com identificação das Áreas de Preservação Permanente (APPs, as Averbações de Reserva Legal, a expansão canavieira, os fragmentos e/ou maciços vegetais;

Status: Identificação das APPs e maciços vegetais já foram levantados nos mapas das propriedades. Para averbar a Reserva Legal das áreas próprias (área industrial), já foi realizada processo de averbação da Reserva Legal na CETESB de Jales S.P. e o processo foi concluído.

Apresentar Relatório Anual de evolução do Plano de Eliminação de Queimadas (P.E.Q);

Status: Atividade iniciada. De acordo com a Lei Estadual 11.241/02 e com o Protocolo Agroambiental aderido pela Pioneiros Bioenergia S/A , o percentual mínimo no ano de 2013 de colheita de cana sem Queima foi de 87 %, portanto, foi atendido a legislação vigente e o Programa de Eliminação de Queima- PEQ da Secretaria do Meio Ambiente.

Implementar um sistema de gestão baseado na norma SA 8000;

Status: Atendido.

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida em desenvolvimento.

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais das UTEs;

Status: Atendida.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças Ambientais para cada projeto e respectivos programas de monitoramento ambiental;

Status: Não houve solicitação no período.

Comunicar qualquer solicitação de novas licenças e/ou ampliação de potência para cada projeto;

Status: A Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira S/A tem capacidade de cogeração energia elétrica com uma capacidade total de 35 MW. A empresa possui duas licenças de operação, completando a potência total instalada de 35MW, ambas possuem licença a título precário válido até 28/04/2014.

A Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci S/A com capacidade de cogeração de 32 MW possui licença de operação vigente com vencimento para 06/03/2014. Em atendimento ao prazo da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo- CETESB, entraram com o processo de renovação com 120 dias de antecedência de seu vencimento.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto.

Status: Atendida.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção das UTEs – Cópia dos Relatórios Semestrais de Andamento dos Programas Ambientais, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atividade em andamento

Fase de Operação das UTEs – Cópia de Relatórios Semestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e

Status: Atendida. Atividade iniciada pela Sud Mennucci.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade iniciada pela Sud Mennucci.

PROJETO PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs) DA ILHA (26MW) E JARARACA (28MW)

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de 1 de julho até 31 de dezembro de 2013.

Exigências de EHS

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida. Todas as exigências da LI e da primeira LO foram atendidas, o que possibilitou a emissão das novas Licenças de Operação. As novas Licenças de Operação foram emitidas no dia 06 de dezembro de 2012 com os números LO 7566/12 para a PCH Da Ilha e LO 7563/12 para a PCH Jararaca, todas as condicionantes estão sendo atendidas de acordo com os prazos estabelecidos.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante do PBA ou das Licenças de Instalação;

Status: Ao longo das obras houve apenas a solicitação de incluir, no PBA, o Programa de Monitoramento de Macrófitas. Este está sendo desenvolvido durante a fase de operação. Neste programa são executadas vistorias periódicas nas áreas de alague e nas áreas identificadas como potenciais contaminantes, ou seja, em açudes e arroios que estão na área de influência indireta das PCHs. Até o presente momento não foram observadas manchas significativas de macrófitas, e as poucas encontradas foram retiradas conforme procedimento estabelecido no PBA. As novas LOs orientam para uma nova organização da forma de apresentação dos programas ambientais, porém sem modificar o conteúdo dos programas em andamento.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais.

Status: Atendida. Documentação constante dos Relatórios Semestrais.

Manter o site da HT Hidrotérmica permanentemente atualizado com informações sobre a evolução dos programas ambientais e resultado das reuniões públicas;

Status: Atendida. O site da Hidrotérmica é atualizado frequentemente, contendo, inclusive, informações sobre novos empreendimentos e programas ambientais. Além disso, está sendo finalizado o Banco de Dados dos programas ambientais das PCHs Jararaca, da Ilha e outras da Bacia Taquari-Antas. Esse instrumento de divulgação está sendo elaborado pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e estará disponível para o órgão ambiental e para o público na internet.

Apresentar em um prazo de 180 dias os custos dos mecanismos de transposição para peixes ou a declaração favorável da FEPAM sobre a não necessidade de instalação desses mecanismos;

Status: Atendida. Foi apresentada ao órgão ambiental estadual (FEPAM) uma justificativa para a não execução de um dispositivo de transposição para peixes e, em resposta, as novas LOs não citam a necessidade deste.

Apresentar em um prazo de 180 dias os custos adicionais de aquisição de terras para ampliação da Área de Preservação Permanente ou declaração favorável da FEPAM sobre a não necessidade dessa extensão;

Status: Atendida.

Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com a FEPAM, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Parcialmente atendida. Os termos e condições de execução deste programa ainda não foram definidos. O empreendedor aguarda a conclusão do “Estudo para a Criação e Implantação de Unidades de Conservação na Bacia do Rio Taquari-Antas” conforme deliberação da Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA. Assim sendo, o empreendedor não possui responsabilidades em relação ao atraso da aplicação destes recursos.

A Vêneto Energética S.A. e a Da Ilha Energética S.A. permanecem no aguardo do posicionamento da FEPAM. Até o presente momento, não há determinação quanto à conclusão do Estudo referido.

Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação das PCHs, conforme previsto na Licença de Instalação;

Status: Atendida. Conforme acordado em reunião com o órgão ambiental e ratificado pelo Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (PACUERA) as Áreas de Preservação Permanentes das PCHs Jararaca e da Ilha serão de largura variável. O plantio de mudas de árvores nativas nas áreas foi concluído.

Contratar um profissional de saúde, segurança e meio ambiente para os canteiros de obras, que responda para o gerente de meio ambiente da HT Hidrotérmica;

Status: Atendida. Atividade encerrada.

Desenvolver e implementar um sistema de gestão ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Atendida. O Sistema de Gestão Ambiental está em constante aperfeiçoamento. De acordo com as novas LOs, os programas ambientais serão agregados em um único Programa de Gerenciamento Ambiental da Operação. As atividades agregadas serão: Manutenção e revegetação do entorno do reservatório; Manutenção das áreas recuperadas, acessos e estruturas Monitoramento e manejo de macrófitas aquáticas; Monitoramento da estabilidade das encostas; Monitoramento da fauna íctica; Monitoramento climatológico; Monitoramento hidrossedimentológico; Monitoramento da qualidade das águas superficiais.

Além destes, conforme determinado nas LOs vigentes, foi instalado um Centro de Atendimento aos Visitantes junto à casa de força da PCH Da Ilha, onde, além de entender o funcionamento das hidrelétricas, os visitantes poderão participar de atividades de educação ambiental.

O Técnico em Meio Ambiente Fabio Lovat é responsável pela supervisão ambiental das PCHs e responde à Coordenadora de Meio Ambiente das PCHs do Rio da Prata (Amara Silveira) e à Gerente de Meio Ambiente da Hidrotérmica (Karin Weber de Freitas). Da forma como está estruturado, o sistema de gestão ambiental atende a todas as exigências do órgão ambiental constantes na Licença de Operação.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental das PCHs Da Ilha e Jararaca, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais a serem encaminhados para a FEPAM, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação;

Status: Atendida. Os relatórios estão sendo entregues de acordo com as exigências da FEPAM. A partir do início do ano de 2010 esses passaram a ser semestrais, conforme determinam as LOs vigentes.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento;

Status: Atividade em andamento.

PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH PIEDADE (16 MW)

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de julho até 31 de dezembro de 2013. Não houve alteração em relação ao último status.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso – Tranche A (debêntures)

Apresentar a nova Licença Prévia aprovada pelo COPAM/FEAM e respectivas condicionantes;
Status: Atendida.

Apresentar cronograma físico-financeiro dos programas socioambientais para a nova configuração da PCH, incluindo Programa de Compensação e Aquisição de Terras e Benfeitorias e Área de Preservação Permanente;
Status: Atendida.

Pré-Desembolso – Tranche B (debêntures)

Apresentar a nova Licença de Instalação e Projeto de Controle Ambiental – PCA revisado e Relatório de Atividades com status do cumprimento das condicionantes previstas na Licença de Instalação nº 124 e das Exigências de EHS;
Status: Atendida.

Manifestação do IGAM-Instituto Mineiro de Gestão das Águas sobre a necessidade de concessão de outorga para uso da água para fins de geração de energia;
Status: Atendida.

Pós-Desembolsos Tranche A e B

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;
Status: Todas as exigências da Licença de Instalação foram atendidas. A Usina está operando.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das novas Licenças Prévia e de Instalação (a serem emitidas);
Status: Atendida.

Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com a Câmara de Proteção à Biodiversidade (CPB), antes da emissão da Licença de Operação;
Status: Atividade concluída. Foram pagos em 4 parcelas de R\$ 92.331,73, totalizando R\$ 369.326,88, de acordo com o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental n.º 2101010500308.

Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação das PCHs;

Status: Atendida, 100% da área de APP (que foi adquirida pelo empreendedor) foi cercada e feito plantio de mudas para florestamento.

Executar no escopo do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas as áreas afetadas pelas obras do antigo canal de adução.

Status: Atividade concluída.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Atividade do PCA -Projeto de Controle Ambiental da PCH Piedade, até o início da operação do empreendimento, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais de Atividades a serem encaminhados para a FEAM, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas na Licença de Operação;

Status: Atividade iniciada - Licença de Operação Corretiva de 16MW para 21,7 MV foi emitida em 09/04/2010. LOC no. 054, válida até 09/04/2014. Atividade em execução. Protocolaram o novo relatório para o órgão ambiental em julho/2013.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos 3 primeiros anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade em andamento.

PROJETO PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs) SERRA DA PRATA (41,8 MW)

O projeto Serra da Prata é de responsabilidade da ESPRA – Energética Serra da Prata de propriedade da empresa Enerbras Centrais Elétricas Ltda. e consiste da construção de um complexo formado por três pequenas centrais hidrelétricas denominadas Colino 1, Colino 2 e Cachoeira da Lixa, a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos dos rios Colino e Jucuruçu do Sul, localizados na região de São João do Prata, envolvendo os municípios de Jucuruçu, Vereda e Itamarajú no Estado da Bahia.

As Pequenas Centrais Hidrelétricas que compreende a ESPRA constam na fase de Operação outorgada através dos seguintes processos pelo Órgão Ambiental Estadual:

PCH	POTÊNCIA MW	TIPO DE PROCESSO	PROCESSO	PORTARIA	PUBLICAÇÃO	VALIDADE
CACHOEIRA DA LIXA	14,8	LO	2007-006748/TEC/LO-0142	9.074	01/02/2008	01/02/2012
		RLO	2011-01715/TEC/RLO-0043	6180	23/10/2013	23/10/2018
COLINO I	11	LO	2007-006742/TEC/LO-0141	9.729	24/07/2008	24/07/2013
		RLO	2013.001.000481/INEMA/LIC-00481	-	-	-
COLINO II	16	LO	2207-006752/TEC/LO-0143	9.385	01/05/2008	01/05/2013
		RLO	2012.001.001244/INEMA/LIC-01244	-	-	-

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de julho até 31 de dezembro 2013.

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida. As exigências estão sendo atendidas dentro prazos estipulado nas Licenças Ambientais das PCH's.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças de Implantação;

Status: Tendo e vista a renovação da licença de operação da PCH Cachoeira da Lixa, o Certificado de RLO apresentou os seguintes condicionantes:

I. Executar, com periodicidade semestral, monitoramento quali-quantitativo do ecossistema aquático do Rio Jucuruçú e córrego Colino ,contemplando campanhas amostrais nos períodos seco e chuvoso, abrangendo os parâmetros estabelecidos para águas doces classe 2, da Resolução CONAMA n° 357/05: 1. parâmetros físico-químicos: turbidez, pH, temperatura, salinidade, oxigênio dissolvido, transparência, condutividade, nitrogênio amoniacal, nitrito, nitrato, cloreto , sulfato, sólidos dissolvidos totais, sólidos suspensos, fósforo total, DBO5 e bacteriológicos: coliformes termotolerantes; 2. Parâmetros Biológicos: 2.1- Fitoplâncton: inventário taxonômico, frequência por grupo taxonômico e pontos amostrais, abundância relativa, densidade numérica (em número de células/L), distribuição espaço-temporal, relação clorofila-a / feofitina-a, riqueza de espécies/índice de diversidade 2.2 - Zooplâncton: inventário taxonômico, frequência por grupos taxionômico e pontos amostrais, densidade, riqueza de espécie por ponto amostral, distribuição espaço-temporal, riqueza de espécies/índice de diversidade; 2.3 – Zoobentos: inventário taxonômico, frequência por grupo taxonômico, abundância relativa, densidade e riqueza de espécies/índice de diversidade; 2.4 - Ictiofauna: inventário taxionômico, frequência de ocorrência por grupo taxionômico e pontos amostrais, levantamento do ictioplâncton, distribuição espaço-temporal, riqueza de espécies/índice de diversidade, abundância, biomassa. Deverão ser entregues ao INEMA, dois relatórios técnicos contendo os resultados do monitoramento: um Relatório Parcial, contendo os resultados da primeira campanha amostral e o Relatório Final

Consolidado (anual), com a análise integrada das duas campanhas amostrais, tendo por referência os resultados das campanhas anuais anteriores;

II. Executar, com periodicidade semestral, conforme programas apresentados ao INEMA: a) Programa de Controle de Espécies Exóticas no Reservatório; b) ações de monitoramento e conservação da fauna, com ênfase para os remanescentes de vegetação existentes no entorno do lago e áreas de preservação permanente do reservatório, de forma integrada com o programa de recuperação vegetal. Entregar ao INEMA um Relatório Parcial, contendo os resultados da primeira campanha amostral e o Relatório final Consolidado (anual) com a análise integrada das duas campanhas amostrais.

III. Dá continuidade, conforme planos e programas apresentados ao INEMA, com a entrega de Relatórios anuais contemplando as ações desenvolvidas: a) Projeto de Enriquecimento Florístico da Área de Preservação Permanente do reservatório com a utilização de espécies nativas; b) monitoramento sedimentológico durante a operação do empreendimento; c) Atividades de Educação Ambiental e Comunicação Social, com parcerias com as prefeituras locais, priorizando os municípios de Jucuruçu e Vereda e localidade do Prata e entorno do empreendimento; d) atividades de Fomento, com projetos que visem à geração de emprego e renda para as comunidades do entorno, abrindo espaços para o desenvolvimento Sustentável dos Municípios na área de influência direta do empreendimento; e) Atividades de educação Patrimonial envolvendo os achados arqueológicos na área do empreendimento; f) Ações de manutenção relacionadas aos processos de drenagem pluvial e contenção de processos erosivos das vias de acesso do empreendimento;

IV. Desenvolver, em parceria com a secretaria municipal e estadual de saúde, ações de educação em saúde e meio ambiente, na localidade de São João da Prata, pertinentes ao esclarecimento da comunidade quanto às doenças de veiculação hídrica, conforme proposições constantes do Estudo Epidemiológico entregue ao INEMA. Deverá ser entregue ao INEMA Relatório Técnico anual com as atividades desenvolvidas;

Art. 2º. Esta Portaria contempla Autorização para coleta, captura e transporte de espécimes da biota terrestre e aquática, para fins de monitoramento ambiental, conforme técnicas e métodos apresentados ao INEMA no Plano de Monitoramento de Fauna pertinente.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendido. Embora a validade das Licenças de Operação destas PCHs tenham tido os seus prazos de vigência expirados, as mesmas continuam válidas. Pois, de acordo com o Decreto 11.235/08, que institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, é citado no art. 181, item VI, § 2º, que “as Licenças ficarão automaticamente prorrogadas até a manifestação do IMA, desde que sejam requeridas com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade”. Recebemos os protocolos de Renovações das Licenças de Operação (RLO) das PCHs Colino I e Colino II que foram solicitadas antes dos 120 (cento e vinte) dias de expiração de suas vigências.

Manter o INEMA permanentemente atualizado com informações sobre a evolução dos programas ambientais;

Status: Atendida. As informações são encaminhadas ao INEMA conforme prazo e exigência estabelecido pela Licença Ambiental, e neste período foram encaminhado a evolução dos programas ambientais.

Apresentar em um prazo de 90 dias o Relatório “Condicionantes da Licença de Implantação” com correspondentes custos e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com o INEMA, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Atividade em desenvolvimento. Estabelece o Regulamento da Lei Estadual de Meio Ambiente da Bahia (aprovado pelo Decreto 11.235/08) que estão sujeitos ao pagamento da Compensação Ambiental os empreendimentos sujeitos à elaboração de EIA/RIMA, como dispõe o art. 213, abaixo transcrito:

Art. 213 - Nos casos de licenciamento de empreendimentos e atividades de significativo impacto ambiente, com fundamento no EIA e respectivo RIMA, será exigida do empreendedor a Compensação Ambiental que compreende a obrigação de apoiar a implantação e a manutenção de unidades de conservação.

Desta forma, os termos e condições de execução dos programas de Compensação Ambiental estabelecidos na Lei do SNUC deverão ser definidos pela Câmara de Compensação Ambiental, cabendo ao empreendedor a formulação e apresentação de propostas e sugestões. No estado da Bahia a Câmara de Compensação Ambiental é formada de acordo com o estabelecido no art. 216 do Regulamento da Lei Ambiental, transcrito a seguir:

Art. 216 - A Câmara de Compensação Ambiental será presidida pelo Secretário do Meio Ambiente e composta por titulares e suplentes das seguintes representações:

I - Superintendência de Políticas para a Sustentabilidade/SEMA;

II - Superintendência de Políticas Florestais, Conservação e Biodiversidade/SEMA;

III – Coordenação Especial de Integração das Políticas Ambientais/SEMA;

IV - Instituto do Meio Ambiente (IMA);

V - Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ);

VI - Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM);

VII – Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH).

Parágrafo único - Os representantes, titular e suplente do CEPRAM e do CONERH, para compor a Câmara de Compensação, serão escolhidos entre os seus pares e não poderão pertencer ao setor governamental representado naquele colegiado.

No caso específico do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, tendo em vista a inexistência de definição por parte da Câmara de Compensação Ambiental quanto à destinação e montante dos recursos, o órgão licenciador estabeleceu, como condicionante da Licença de Operação, que “Aplicar o percentual do valor total de investimento do empreendimento, conforme previsto na Lei 9.985/05 e a partir de definição a ser estabelecida pela Câmara de Compensação Ambiental SEMARH/CRA/CEPRAM.”

Desenvolver e implementar um sistema de gestão ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Em andamento. O Sistema de Gestão Ambiental da ESPRA se encontra estruturado, estando efetivamente implantado o controle de requisitos legais de meio ambiente, saúde e segurança. Nos últimos meses, as ações relacionadas com a melhoria dos processos de controle da ESPRA foram direcionadas para o Licenciamento Ambiental. O sistema de acompanhamento de requisitos legais foi integralmente revisto e atualizado, passando a integrar um dos KPI's da Gerência de Viabilidade Ambiental, da Diretoria de Sustentabilidade e Comunicação da Renova.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Fase de Operação – Cópia de Relatórios Trimestrais a serem encaminhados para o INEMA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação;

Status: Atendida.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atendida.

PROJETO DE EXPANSÃO DA FOXX HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

O projeto consiste do investimento para desenvolver o Plano de Negócios da para o Período 2013 – 2018, visando o início um novo ciclo de desenvolvimento da Foxx Haztec através de crescimento orgânico e por aquisições. A alteração em relação ao escopo inicial de 2007 foi feita para refletir o novo momento da empresa.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de julho até 31 de dezembro de 2013.

Observação: No 1º Semestre de 2013 a Haztec concluiu sua fusão com a Foxx. A nova empresa conta com novos sócios, mais recursos e investimentos e uma nova gestão, com o empresário Milton Pilão na presidência da companhia. A estratégia de negócios da empresa também é fortalecida, focando nas áreas de consultoria e remediação ambiental, resíduos sólidos e energia. As centrais de tratamento de resíduos da Haztec – CTR Nova Iguaçu, CTR São Gonçalo, CTR Barra Mansa, CTR de Seropédica e CTR Candeias somam-se às unidades da Foxx, a CTR João Pessoa, URE Barueri e URE Osasco.

Exigências de EHS

As novas exigências do EHS estão listadas no quadro abaixo

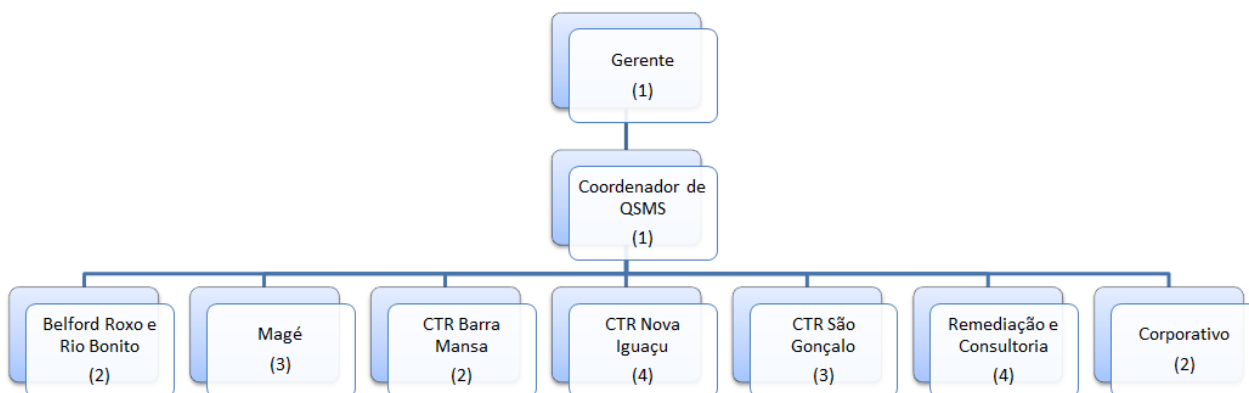
PROJETO DE EXPANSÃO DA HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL			
Exigências de EHS	#	Itens solicitados	Status
FOXX Haztec	1	Apresentar novo plano de negócio para o período 2013 - 2018;	Em andamento.
	2	Apresentar novo de sistema de gestão socioambiental, contendo organograma, estrutura, objetivos e metas por período e principais indicadores;	Em andamento.
	3	Executar Due Diligence ambiental em todas as empresas previstas no Plano de Aquisição e Integração a apresentar Relatório consolidado para cada empresa;	Em andamento.
	4	Apresentar status de atendimento das condicionantes das licenças ambientais (de acordo com o estágio em que se encontra – LI ou LO) de todas as unidades de destinação final de resíduos e waste energy.	Em andamento.
Exigências de EHS	#	Itens solicitados	Status
FOXX Haztec	5	Previsão de implementação de um sistema de gestão baseado na norma SA 8000, além das certificações já previstas (ISO 14001 e OSHAS 18000);	Em andamento.
	6	Compartilhar com os órgãos ambientais envolvidos novas tecnologias e boas práticas relativas aos serviços propostos,	Em andamento.
	7	Promover o uso da tecnologia/metodologia mais adequada para o desenvolvimento de cada Linha de Negócio;	Em andamento.
	8	Cumprir e fazer cumprir com todas as exigências previstas na legislação ambiental e trabalhista;	Em andamento.
	9	Auxiliar as empresas subcontratadas no total cumprimento da legislação ambiental e trabalhista;	Em andamento.
Exigências de EHS	#	Itens solicitados	Status
FOXX Haztec	10	Comunicar qualquer tipo contingência, multa, acidente, ação civil ou criminal envolvendo a Foxx Haztec e seus fornecedores;	Em andamento.
	11	Relatórios de Monitoramento de EHS Envio semestrais (janeiro e julho) de dados demonstrando o atendimento dos itens acima.	Em andamento.

Apresentar novo plano de negócio para o período 2013 – 2018;

Status: A atual Diretoria da Foxx Haztec está em fase de revisão do seu Plano de Negócio para atender aos novos desafios e linhas de atuação do negócio. Tal documento é de responsabilidade do corpo de Diretores.

Apresentar novo de sistema de gestão socioambiental, contendo organograma, estrutura, objetivos e metas por período e principais indicadores;

Status: O grupo segue com o cronograma de certificação ISO14001 e ISO9001. Para atender a estrutura do sistema de Gestão Socioambiental estruturaram o seguinte organograma



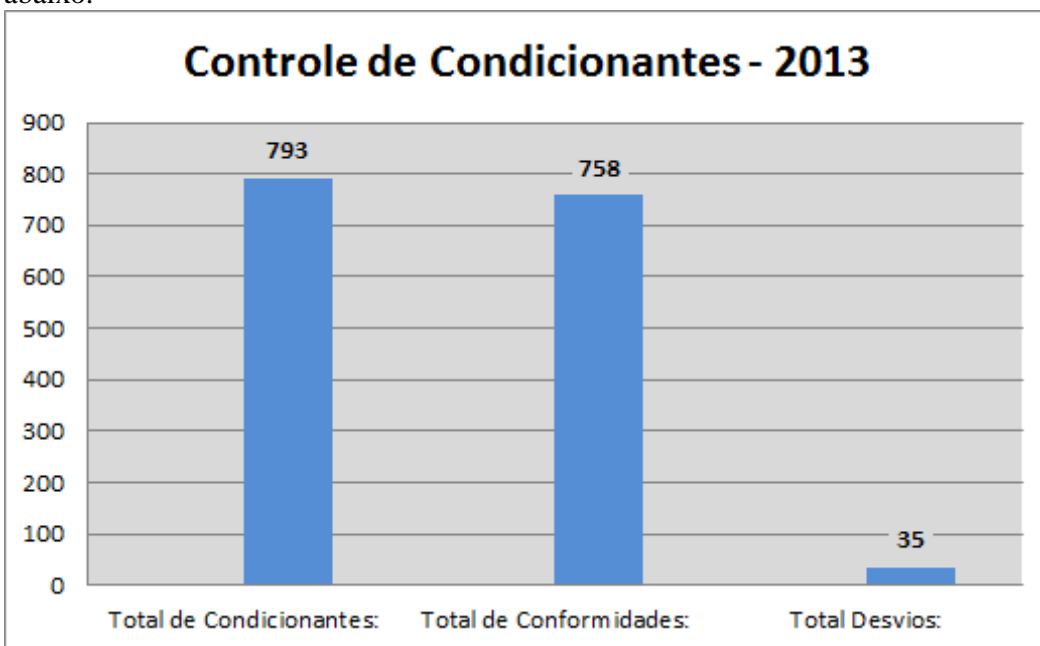
Os objetivos e metas definidos estão sendo monitorados. O prazo para avaliar seu atendimento é março de 2014. No ano de 2013 foram revisados os indicadores de SMS, baseados na necessidade de avaliar o desempenho dos processos internos e nas mudanças internas que ocorreram na organização.

Executar Due Diligence ambiental em todas as empresas previstas no Plano de Aquisição e Integração a apresentar Relatório consolidado para cada empresa;

Status: Atendida.

Apresentar status de atendimento das condicionantes das licenças ambientais (de acordo com o estágio em que se encontra – LI ou LO) de todas as unidades de destinação final de resíduos e waste energy;

Status: O corporativo da FOXX Haztec realiza a Gestão de Processos Ambientais - INEA de forma Global. No ano de 2013 foram gerenciados 793 Processos Ambientais distribuídos conforme gráfico abaixo.



Previsão de implementação de um sistema de gestão baseado na norma SA 8000, além das certificações já previstas (ISO 14001 e OSHAS 1800);

Status: Atividade em fase de execução.

A empresa está adequando seu sistema de gestão para uma efetiva implementação. As certificações estão previstas para os seguintes sites em 2014:

- CTR Barra Mansa - Certificação nos sistema de Qualidade (ISO 9.001) e Meio Ambiente (ISO 14.001)
- CTR Nova Iguaçu - Manutenção da certificação na ISO 14.001 e certificação na ISO 9.001.
- Magé - Certificação nos sistema de Qualidade (ISO 9.001) e Meio Ambiente (ISO 14.001)
- Belford Roxo Mansa - Certificação nos sistema de Qualidade (ISO 9.001) e Meio Ambiente (ISO 14.001).
- Proj. Casa da Moeda - Gerenciamento de resíduos – Certificação nos sistema de Qualidade (ISO
- Proj. Magé - Gerenciamento de Passivos - Remediação– Certificação nos sistema de Qualidade (ISO 9.001).

O sistema de gestão baseado na norma SA 8000 ainda se encontra em fase de definição para início de implantação

Compartilhar com os órgãos ambientais envolvidos novas tecnologias e boas práticas relativas aos serviços propostos,

Status: Atividade em desenvolvimento. Toda inovação ou prática a ser implantada é sempre compartilhada com os Órgãos Ambientais competentes de forma a obter o seu parecer sobre os impactos positivos e/ou negativos que a mesma possa ter sobre o meio ambiente. O estudo para implantação das Estações de Tratamento das Unidades de Barra Mansa e São Gonçalo, assim como o acompanhamento da implantação de novas tecnologias para atendimento dos parâmetros de lançamento de efluentes na Unidade de Nova Iguaçu, são exemplos da participação do Órgão Ambiental nos assuntos relacionados às novas tecnologias e boas práticas aplicadas pela empresa.

Promover o uso da tecnologia/metodologia mais adequada para o desenvolvimento de cada Linha de Negócio;

Status: Atividade em desenvolvimento. Atualmente encontra-se em fase de desenvolvimento na Foxx Haztec diversas iniciativas para aprimoramento, implantação e/ou manutenção de tecnologias/metodologias de cada uma das nossas Unidades de Negócio.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos determina a obrigatoriedade de tratamento dos resíduos sólidos a partir de Agosto de 2014 antes da disposição final no solo. Trata-se de uma grande mudança no atual modelo de gerenciamento do lixo urbano dos municípios, que coletam e dispõem em aterro sanitário.

Com a formação da Foxx Haztec no início de 2013, a empresa se posiciona de forma sólida nos segmentos e sub segmentos para atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu

- Estudo de alternativas para redução da concentração de amônia no efluente tratado na Estação de Tratamento de Chorume da CTR-NI;

- Estudo de alternativas para desidratação de lodos de estações de tratamento e outros processos que, por sua elevada umidade, não possam ser processados diretamente no aterro sanitário;
- Estudo para adequação e remanejamento de linhas de biogás de forma a aprimorar a eficiência do processo de captação e queima do mesmo.;
- Estudos para viabilizar a geração de energia elétrica usando o biogás gerado no aterro sanitário; Implantação de geomembranas para cobertura final dos maciços de resíduo de forma a reduzir o volume de percolado a ser tratado.

Central de Tratamento de Resíduos São Gonçalo

- Implantação de tecnologia de Osmose Reversa para tratamento de chorume;
- Utilização de técnicas para cobertura alternativa de resíduos de forma a reduzir o volume de percolado a ser tratado.

Central de Tratamento de Resíduos Barra Mansa

- Implantação de equipamento para geração de energia elétrica usando Biogás;
- Estudo de alternativas para tratamento de percolados usando tecnologias com aplicação de processos oxidativos avançados.

Tratamento Térmico

Tem como principais objetivos a redução de massa e volume e a eliminação de riscos biológicos que possam ser causados pela disposição in natura de lixo doméstico. O processo de tratamento térmico de resíduos com recuperação de energia conta com quatro tecnologias disponíveis: Mass Burning, Leito Fluidizado, Gaseificação/ Pirólise e Plasma.

Unidade de Aproveitamento Energético de Resíduos (WTE – Waste to Energy)

Através de intenso trabalho de Pesquisa e Desenvolvimento e parcerias internacionais, a Haztec dispõe hoje da tecnologia WTE (Waste to Energy) para conversão direta de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) em energia elétrica e vapor, com excelente índice de aproveitamento energético.

A URE de Barueri selecionou a tecnologia Mass Burning, por ser esta a mais utilizada para tratamento de lixo doméstico, com mais de 776 plantas em operação no mundo. Cerca de 75% do total de resíduos direcionados para sistemas de tratamento térmico são encaminhados para UREs de tecnologia Mass Burning. As demais tecnologias disponíveis de tratamento térmico apresentam desvantagens para queima de lixo doméstico, por este se tratar de um material de tamanho não uniforme e pela sua falta de homogeneidade.

O tratamento do lixo na URE irá atender à nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, tratando o lixo antes da sua disposição em aterro e prolongando a vida útil dos aterros existentes com redução de quase 90% do volume de lixo a ser disposto no solo.

Unidade de Incineração e Calcinação de Belford Roxo

- Investimento na modernização da Unidade de Incineração com o objetivo de ampliar a capacidade operacional e fazer com que os processos se tornem mais eficientes.

Unidade de Blendagem e Coprocessamento de Magé

- Implantação de sistema para recebimento e processamento de lamas de perfuração provenientes do Setor de Petróleo e Gás;
- Ampliação da capacidade operacional e de armazenamento.

Cumprir e fazer cumprir com todas as exigências previstas na legislação ambiental e trabalhista;
Status: Atendida.

Auxiliar as empresas subcontratadas no total cumprimento da legislação ambiental e trabalhista;
Status: Atendida.

Comunicar qualquer tipo contingência, multa, acidente, ação civil ou criminal envolvendo a Haztec e seus fornecedores;

Status: Houve um aumento de 25% no número absoluto de acidentes em 2013 quando comparado a 2012, porém, de acordo com a empresa, este aumento é decorrente do Programa de Segurança Craques da Segurança, pois com a implantação do programa os técnicos e lideranças operacionais passaram a relatar os acidentes ocorridos em suas unidades operacionais. Segundo eles, os acidentes se tornaram menos graves em virtude de uma redução na média de dias de afastamento e conseqüentemente na taxa de gravidade. Outro ponto positivo foi à redução no número de acidentes ambientais em virtude dos investimentos feitos.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Envio semestrais (janeiro e julho) de dados demonstrando o atendimento dos itens acima.
Status: Atendida.

PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - PCHS – PROJETO RENOVA

O projeto Renova Energia consiste no desenvolvimento e construção de 40 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), distribuídas em 7 estados brasileiros a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos de diversos cursos d'água, envolvendo 6 PCHs no Estado da Bahia, 3 em Minas Gerais, 1 no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 1 no Paraná, 16 no Tocantins e 2 em Goiás, totalizando uma potência de 197 MW. Além desses projetos estão sendo inventariados outros aproveitamentos nos Estados do Tocantins, Maranhão, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Minas Gerais, com potencial de geração de 622,8 MW.

BAHIA							
Órgão Licenciador: Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos							
PCH	RIO	MUNICÍPIO	POTENCIA MW	PROCESSO	PORTARIA	PUBLICAÇÃO	VALIDADE
JURACITABA	ITANHÉM	MEDEIROS NETO	7	2008-002463/TEC/LL-0041	3945	07/05/2009	07/05/2014
SANTA CLARA JUSANTE	JUCURUÇO DO SUL	VEREDA	6	2007-004056/TEC/LL-0040	3947	23/07/2009	27/07/2014
CACHOEIRA GRANDE	PRETO	FORMOSA DO RIO PRETO	3,3	2008-013807/TEC/LL-0110	-	-	-
VEREDA	PRETO	FORMOSA DO RIO PRETO	3,2	2008-013808/TEC/LL-0111	-	-	-
PEDRAS	ONDAS	BARREIRAS	7,3	2008-019185/TEC/LL-0956	-	-	-
MASCOTE	PARDO	MASCOTE	29	2008-002460/TEC/LL-0038	-	-	-

TOCANTINS						
Órgão Licenciador: Instituto Natureza do Tocantins - NATURANTINS						
PCH	RIO	MUNICÍPIO	POTENCIA MW	RENOVAÇÃO PROCESSO LP	PUBLICAÇÃO	VALIDADE
SÃO SILVESTRE	BALSAS	TOCANTINS	28,2	8685/2013	19/11/2013	19/11/2015
SANTA TEREZA	BALSAS		28			
CARACOL	BALSAS		29,5			
D'ANTA	BALSAS		29,3			
ZACARIAS	BALSAS		18,7			
FOZ DA GAMELEIRA	BALSAS		15			
SAMARON	BALSAS		17,2			
GROTÃO	BALSAS		15			
FOZ DO BREJÃO	PONTE ALTA		9,3			
GAMELEIRA	GAMELEIRA		8,9			
CARA	CARACOL		4,1			
CARLITA	PEDRAS		4,5			

Minas Gerais						
Órgão Licenciador: Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM						
PCH	RIO	MUNICÍPIO	POTÊNCIA MW	PROCESSO LP/LI	PUBLICAÇÃO LP/LI	VALIDADE LP/LI
FIGUEIRINHA II	CORRENTE GRANDE	GUANHÃES E VIRGINÓPOLIS	8,0	006/2006	26/07/2010	23/07/2014
B3	SÃO JOÃO	PASSOS/JACUÍ/FORTALEZA DE MINAS	9,3	096/2010	02/08/2010	02/08/2014

Cabe ressaltar que para os processos das PCHs Figueirinha II e B3 serão solicitados renovação das portarias de LP/LI até junho/2014.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de julho até 31 de dezembro de 2013.

Pré Desembolso

Apresentar o escopo do Sistema de Gestão Ambiental para a Renova Energia S.A., contendo cronograma de implantação, ações, custos e responsabilidades;

Status: Em andamento. O Sistema de Gestão Ambiental se encontra estruturado, estando efetivamente implantado o controle de requisitos legais de meio ambiente, saúde e segurança. Nos últimos meses, as ações relacionadas com a melhoria dos processos de controle foram direcionadas para o Licenciamento Ambiental. O sistema de acompanhamento de requisitos legais foi integralmente revisto e atualizado, passando a integrar um dos KPI's da Gerência de Viabilidade Ambiental, da Diretoria de Sustentabilidade e Comunicação da Renova.

Pós Desembolso

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida. As exigências das Licenças estão sendo atendidas dentro do prazo estabelecido nas Licenças Ambientais;

Apresentar cópia dos estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios EIA/RIMA ou Relatório Ambiental Simplificado-RAS) para cada Pequena Central Hidrelétrica-PCH;

Status: Não houve elaboração de novos estudos ambientais.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças Ambientais para cada projeto;

Status: Não houve solicitação de revisão de qualquer exigência.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Foi protocolado no órgão ambiental do Tocantins (NATURATINS) no dia 23/08/2013 através do ofício CT_RNV_0536/2013, a solicitação da renovação da licença prévia nº 4238/2010 para as PCHs localizadas no rio Balsas.

Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto;

Status: Atendida.

Apresentar Relatório de Atividades do programa de aquisição de terras e benfeitorias, contendo informações detalhadas sobre as negociações com proprietários e não proprietários, custos e ações desenvolvidas;

Status: Atividade em desenvolvimento; as aquisições são necessárias na fase de Licença de Implantação (segunda licença ambiental).

Definir os termos e condições de execução dos programas de Compensação Ambiental previstos na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com os órgãos ambientais, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Todos os empreendimentos listados neste Relatório constam em fase de estudo básico e/ou em fase de Licença Prévia.

Desenvolver e implementar um Sistema de Gestão Ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Todos os empreendimentos listados neste Relatório contam em fase de estudo básico e/ou em fase de Licença Prévia, portanto não cabe ainda ações para implantação do Sistema de Gestão Ambiental para a fase de operação.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Viabilidade das PCHs – Relatórios Trimestrais de andamento do licenciamento ambiental dos projetos, contendo estágio de evolução dos estudos ambientais, licenças, outorgas, e autorizações governamentais e audiência pública;

Status: Os empreendimentos que já possuem licenciamento ambiental são as PCHs Santa Clara Jusante e Juracitaba, na Bahia, que já obtiveram a Licença de Localização (equivalente à Licença Prévia – LP), e as PCHs Figueirinha II e B3, em Minas Gerais, que possuem Licença Prévia e Licença de Instalação (concedidas concomitantemente). Além destas, ressaltamos a concessão da Licença Prévia – LP para 12 PCHs no estado do Tocantins (Rio Balsas), a saber: PCHs São Silvestre, Santa Tereza, Cara, Carlita, Foz do Gameleira, Gameleira, Grotão, Samaron, Brejão, Caracol, Zacarias, D’anta. Atualmente nos encontramos em fase de elaboração dos programas ambientais estabelecidos como condicionantes de licenças para prosseguimento das etapas subsequentes ao licenciamento..

Fase de Construção das PCHs – Cópia dos Relatórios Semestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atividade ainda não iniciada. Após a obtenção das Licenças de Implantação serão elaborados cronogramas contemplando a execução dos programas do PBA.

Fase de Operação das PCHs – Cópia de Relatórios Semestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação;

Status: Atividade ainda não iniciada. Após a obtenção das Licenças de Implantação serão elaborados cronogramas contemplando a execução dos programas do PBA.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada.

III. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Desde o lançamento do Fundo e entrada em vigor do EMS, não houve impacto negativo significativo relacionado a assuntos socioambientais e nenhum tipo de inobservância às Exigências Ambientais do BID. Também não houve registro de comunicação escrita importante com qualquer autoridade relacionada a qualquer assunto socioambiental, ou reclamação ambiental significativa neste período.

O InfraBrasil se compromete a publicar em seu site os relatórios de monitoramento, e os Statemente of Intention – SOI. Nos anos de 2010 e 2011 o Banco Santander Brasil passou por um processo de integração tecnológica, e o local de hospedagem do InfraBrasil ficou temporariamente indisponível. No segundo semestre de 2012 o problema foi regularizado, e o histórico dos relatórios já está disponível, e o último pode ser visualizado no link http://www.mantiq.com.br/Portugues/fundos/Paginas/infra_brasil_fip.aspx.

IV. PLANOS DE AÇÃO CORRETIVA

No período contratado não houve necessidade de desenvolvimento de um Plano de Ação Corretiva para corrigir quaisquer não-conformidades ou deficiências descritas na seção acima.

V. INCIDENTES SIGNIFICATIVOS

Não houve nenhum incidente/acidente associado com as operações do INFRABRASIL que possam ter causado danos socioambientais, fatalidades ou lesões graves associadas ao INFRABRASIL.

VI. COMPROMISSOS NEGATIVOS

Não houve qualquer ação levada a cabo pela INFRABRASIL que resultou direta ou indiretamente em qualquer modificação do EMS.

VII. CONCLUSÕES DO PERÍODO

A dinâmica de tomada de decisão do InfraBrasil com o apoio e assessoria da equipe ambiental tem sido bastante eficiente e não tem gerado controvérsia durante as negociações com os “sponsors” e ratificadas pelo Comitê. Não houve nenhum tipo de demanda de ONGs durante o período de “Disclosure”. A aplicação do EMS tem demonstrado ser um instrumento eficaz para tomada de decisão e gestão socioambiental do InfraBrasil.
